

Inventariando o artesanato tradicional em Oriximiná (PA/Brasil): dos saberes locais à educação patrimonial

The inventorying traditional handcraft in Oriximiná (PA/Brazil): from local knowledge to heritage education

Adriana Russi

Docente da Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Memória Social pela UNIRIO, mestre em Antropologia e Arte-Educadora.
adri.russitm@gmail.com

Gilmar Rocha

Doutor em Antropologia Cultural (IFCS-UFFRJ), Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).
gr@id.uff.br

RESUMO

Esse texto apresenta de forma panorâmica o projeto de Educação Patrimonial em Oriximiná, cidade situada às margens do rio Trombetas na região amazônica do Pará. Iniciado em 2008 e, ainda, em fase de realização, ao longo desse período, reunimos um conjunto de informações de ordem técnica, metodológica, epistemológica etc. Nesse momento, destacamos os aspectos relacionados aos procedimentos metodológicos adotados na realização do inventário do artesanato tradicional. Nosso ponto de partida na formação de professores da rede municipal de ensino, que atende crianças, jovens e adultos de diferentes grupos étnicos (indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos) presentes na região, revela um conjunto de saberes e fazeres desvelados a partir do registro de memórias e da observação participante. Apresentar uma visão geral dos procedimentos metodológicos na realização de nosso projeto até o presente momento é o objetivo desse texto.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Inventário do artesanato. Formação de professores.

ABSTRACT

This text presents an overview of the project of Heritage Education in Oriximiná, a city situated on the banks of the river Trombetas in the Amazon region of Pará. Started in 2008, and still in its implementation phase, over this period we have gathered a set of technical, methodological and epistemological information, among others. At this point, we highlight only the aspects related to the methodological procedures adopted in assembling an inventory of traditional handcraft. Our starting point in the training of teachers of the municipal education system, which serves children, youth and adults from different ethnic groups (indigenous people, remnants of *quilombos* – runaway slave settlements- and riverside communities) present in the region, reveals a set of knowings and doings unveiled from the record of memories and participant observation. The aim of this text is to provide an overview of the methodological procedures used in the implementation of our project until the present moment.

Keywords: Heritage education. Inventory of the crafts. Teacher training.

Introdução

O inventário do artesanato tradicional em Oriximiná/PA ilustra, de maneira didática, parte do processo pedagógico inscrito numa abordagem genericamente denominada de “etnoeducação patrimonial”.¹ O presente texto faz relevo a este inventário de forma a trazer a tona algumas implicações epistemológicas que alicerçam estratégias metodológicas de pesquisa no campo da educação patrimonial na qual saberes tradicionais dialogam com a educação formal.

Estas pesquisas, a do inventário e a da etnoeducação, se inscrevem no âmbito de um programa de extensão, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense – UFF em Oriximiná, município brasileiro situado no oeste do Estado do Pará, na região do Baixo Amazonas. Trata-se do Programa Educação Patrimonial em Oriximiná², concebido em 2008 para desenvolver ações na área do patrimônio cultural brasileiro. O programa se volta principalmente à formação continuada de educadores da rede pública municipal de ensino como professores-pesquisadores de saberes tradicionais e pretende contribuir para o processo de constituição do “campo” de estudos da educação patrimonial.

O programa alia ensino-pesquisa-extensão e se situa na interface de várias áreas do conhecimento: a Antropologia (com ênfase à etnografia), a Psicologia (no que diz respeito aos processos cognitivos), à Educação (especialmente na área de projetos de trabalho) e o Patrimônio Cultural (aquele voltado, sobretudo, aos chamados saberes tradicionais). Mais do que multidisciplinar o programa se configura transdisciplinar na medida em que a partir do encontro destas várias áreas do conhecimento produz e constrói formulações, proposições e experiências que se situam em suas fronteiras ou as atravessam. Como exemplo disso, citamos a forma como concebemos o processo ensino/aprendizagem pautado numa ação/intervenção que se dá em processo a partir do diálogo entre educadores, alunos e membros das comunidades oriximinaenses e das pesquisas por eles desenvolvidas sobre saberes locais. Vale destacar que a própria equipe do programa é ela também constituída por sujeitos de diferentes áreas do conhecimento.³

Desde o princípio de nossa atuação em Oriximiná nos colocamos como pesquisadores/aprendizes inspirados no trabalho de campo, nas experiências etnográficas, nos saberes das diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de moradores da zona rural de terra firme. Para tanto, construímos uma trajetória de aproximações com outras instituições⁴, lideranças e professores. Assim foi que entre 2010 e 2011 nos dedicamos a inventariar o artesanato tradicional da região e, a partir do ano de 2012, o foco de nossa atenção foram projetos pilotos desenvolvidos em algumas escolas de Oriximiná.

Um dos princípios de nosso programa está embasado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no capítulo III, seção II, em seus artigos 215 e 216 no que se refere à importância e respeito à diversidade cultural nacional. Nesta Constituição um novo projeto de sociedade brasileira se delineou. Pela primeira vez na história da república, se reconheceu a diversidade social brasileira e a contribuição desta à formação da nacionalidade brasileira. Entre vários mecanismos de promoção, salvaguarda e proteção desta diversidade social e cultural destacam-se os inventários e outras formas de incentivo para a produção e conhecimento de bens e valores culturais. Neste sentido se inscrevem ações de inclusão da história e cultura dos vários grupos formadores da nacionalidade nos currículos escolares locais.

Neste texto apresentamos o inventário do artesanato tradicional de Oriximiná em sua perspectiva pedagógica; ou seja; apresentamos alguns dados da descrição deste saber local como elemento imbricado nessa ação formativa, continua e processual dos educadores. Aqui nos limitamos a apresentar alguns aspectos que orientam nosso programa.

Classificando o artesanato tradicional

O município de Oriximiná abriga na zona rural aproximadamente trinta e cinco comunidades remanescentes de quilombos, pouco mais de uma dezena de distintos povos indígenas, mais de cinquenta comunidades ribeirinhas, inúmeras comunidades rurais que habitam a área de terra firme além de outros grupos sociais. Toda essa pluralidade demográfica se traduz em diversidade cultural em termos de narrativas míticas, sociabilidades festivas, ritos religiosos, culinária, artesanato.⁵

Elegemos o artesanato tradicional como objeto privilegiado de nossa pesquisa, por acreditarmos que, apesar de suas múltiplas expressões (madeira, cerâmica, trançado, adornos, cordões e tecidos), a categoria reúne algumas características importantes que justificam a sua escolha, sendo a principal o uso desses objetos no cotidiano das populações em foco. Mas, é como parte de um sistema cultural complexo que o artesanato deve ser entendido em suas dimensões estéticas, simbólicas, políticas, econômicas, sem perder de vista sua materialidade e, ao mesmo tempo, sua intangibilidade, ou seja, sua carga cultural legada pelas gerações passadas. Por muito tempo, a noção ocidental de patrimônio esteve associada à concepção de objetos de “pedra e cal”, monumentos relacionados à construção e edificação da nação moderna (sobretudo branca e católica), contudo, mais recentemente, observamos a uma ampliação de sentido do patrimônio em direção à dimensão intangível ou imaterial. No Brasil tais mudanças foram incorporadas a textos legais como a supracitada Constituição Federal que tem amparado políticas públicas voltadas ao diagnóstico, reconhecimento e salvaguarda da diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

O famoso ensaio de Durkheim & Mauss (1981) sobre formas de classificação, originalmente publicado em 1903, serve de inspiração inicial para uma das ações do nosso programa em Oriximiná, a saber: pesquisa para a elaboração de um inventário do artesanato tradicional produzido pelos membros das comunidades locais.

Inventários são sistemas de classificação e, portanto, modos de ordenação social. Nesse sentido, reconhecemos a riqueza do imaginário cultural daquela região amazônica (Russi & Rocha, 2012). Trata-se de um mundo que para além da imagem de “natureza encantada”, nos convida a descobrir (no sentido de ultrapassar o exotismo que a cerca) um complexo sistema cultural, densamente rico e fecundo em saberes tradicionais e práticas simbólicas, tão sofisticado e elaborado quanto o da ciência moderna, tendo sido batizado por Levi-Strauss de *O pensamento selvagem* (1989).

Vale lembrar ainda que no universo das sociedades tradicionais e primitivas não só os animais e os vegetais funcionam como operadores simbólicos (totêmicos) entre a natureza e a cultura, também as entidades sobrenaturais (espirituais) e mesmo alguns objetos (artefatos) partilham dessa mesma condição. É o que, muitas vezes, assegura a importância cultural do artesanato, conferindo ao mesmo uma dimensão simbólica que ultrapassa sua razão prática. De resto, lembram Durkheim e Mauss, classificar consiste em processo de produção social de sentido sobre objetos, seres e pensamentos, resultante de valores afetivos. Nessa perspectiva, o artesanato também pode ser bom para pensar sobre processos de constituição das identidades grupais, de produção da memória social, enfim, de valorização do patrimônio cultural.⁶

Os artesãos pesquisados produzem manualmente artefatos e utilizam para tal feito matéria-prima extraída da região. Fazem artefatos de forma *tradicional* termo que empregamos como referência direta à maneira como o fazer artesanal foi aprendido: de uma geração à outra, através da observação, da atividade compartilhada, por exemplo, entre mães e filhas. Ainda que alguns artesãos afirmem serem autodidatas, sua aprendizagem decorre em parte do convívio em determinado grupo social e os artefatos que produzem são similares àqueles disseminados onde vivem. A verdade é que este processo de saber-fazer resulta de um aprendizado específico, transmitido através das

gerações, já observado por inúmeros estudiosos clássicos e contemporâneos. Trata-se de processo educativo no qual impera a troca de experiências, promovida pela observação direta e pela tradição oral, cuja eficácia parece condensada na expressão “imitação prestigiosa”, de Mauss (2003).

Essa observação complementa a concepção de artesanato proposta a partir das reflexões de Ricardo Lima (2010), para quem o gesto humano determina o ritmo da produção artesanal e pode ser compreendido como “prática cultural tradicional”. Nesse sentido, o artesão é aquele que exerce por conta própria o ofício do fazer artesanal cuja primazia é das mãos.

Porém, o impacto produzido pelas transformações econômicas e sociais afeta significativamente a rotina da produção artesanal na região. Alguns objetos continuam sendo confeccionados artesanalmente, outros tem sido substituídos por similares industrializados. Outros ainda, simplesmente, perderam sua funcionalidade. Exemplar, nesse caso, é o paneiro – espécie de cesto cargueiro utilizado para transportar raízes, originalmente produzido a partir da tala de matéria-prima vegetal extraída de diferentes palmeiras. Com o tempo, sua confecção passou a ser substituída em vários pontos de Oriximiná por um saco industrializado. Ambas “embalagens”, a artesanal feita com tala e a que lhe substituiu – o saco de fibra plástica –, servem para acondicionar e transportar produtos da roça ou coletados na mata – mandioca, castanha do Pará e outros. Servem ainda para transportar a farinha de mandioca, principal componente da alimentação dos moradores de Oriximiná. E, apesar da substituição de objetos artesanais pelos industrializados, a população continua a confeccionar objetos de forma artesanal. Essas adaptações ajudam a relativizar a ideia escatológica sobre o fim e/ou a morte de expressões das culturas populares, contudo, assinala sua dinâmica e metamorfoses possíveis.⁷

Haja vista, o exemplo constatado referente à manutenção da prática artesanal da cerâmica e/ou sua substituição possível por objetos industrializados como a panela de alumínio. Esse fato não resulta apenas de uma dificuldade de ordem natural – os barreiros, local de extração do barro estão muito distantes ou em territórios, hoje, sob a vigilância de órgãos de proteção ambiental. Ao contrário, a decisão em usar panela de barro ou de alumínio resulta de inúmeros e complexos fatores, sendo a maneira como os indivíduos e seus grupos sociais se organizam o principal deles. Em outras palavras, encontramos em Oriximiná uma evidência que outros pesquisadores identificam noutros lugares e que reforça as ideias de Lima (2010, p. 18) sobre o assunto. A presença de novos valores e/ou a permanência de velhos no seio das comunidades locais diz muito sobre o modo como a população local pensa, quais suas prioridades, o que consideram mais ou menos importante, bonito e/ou mais apropriado para atender suas necessidades.

Certamente, nossa pesquisa sobre o artesanato tradicional não pretendeu inventariar todo o universo de artesãos e objetos confeccionados em Oriximiná. Nesse sentido, pensamos que as práticas artesanais pesquisadas podem ser compreendidas como exemplos de patrimônio cultural na medida em que representam uma expressão cultural importante entre os grupos sociais investigados. Entretanto, convém salientar que não ouvimos a expressão “patrimônio cultural” dos artesãos nem dos moradores das comunidades, tal classificação resulta de nossa análise cujos passos principais e/ou estratégias metodológicas, apresentamos em seguida.

Metodologia do inventário⁸

Ao longo da pesquisa consultamos 125 artesãos que vivem em diferentes grupos étnicos e localidades em Oriximiná. São, basicamente, remanescentes de quilombos, indígenas (dos grupos Waiwai, Katuena, Tunayana, Kaxuyana, Tiriyo e

Txikyana), ribeirinhos e moradores de área rural de terra firme (planalto). A distribuição desses artesãos é a seguinte: 62 quilombolas, 21 indígenas, 38 ribeirinhos, 04 moradores rurais de terra firme. Eles estão localizados em 31 comunidades distribuídas em diferentes regiões do interior. Das 31 comunidades 13 são quilombolas, 14 ribeirinhas, 01 comunidade rural de terra firme e 03 indígenas.

Sobre o gênero e a faixa etária dos artesãos: 58% masculino e 42% feminino sendo que 51% dos entrevistados são adultos maduros, 22% adultos jovens, 22% idosos, 05 % jovens. Foram identificados 64 tipos distintos de artefatos confeccionados com as seguintes tecnologias: trançado (palha e tala), utensílios de madeira, cerâmica, adornos, cordões e tecidos. A tecnologia do trançado está presente em 90% das comunidades visitadas, a produção de utensílios de madeira em 58% das comunidades, a cerâmica em 29%, os adornos em 13% delas e em apenas 3% das comunidades identificamos a produção de cordões e tecidos. A matéria-prima é predominantemente de origem vegetal o que revela grande conhecimento por parte dos artesãos do manejo das espécies utilizadas.⁹

A verdade é que, apesar da notória diversidade étnica dos grupos sociais, há que se destacar o intenso intercâmbio e sistemas de trocas estabelecidos entre muitos desses grupos. Tal situação favorece a percepção de que algumas práticas artesanais tenham se difundido junto a outros grupos e localidades o que permite identificar recorrências quanto à extração e preparação da matéria-prima, as técnicas e uso das matérias-primas (por exemplo, no caso dos trançados as formas dos artefatos e tipos de entretrançados) e outros aspectos. Contudo, esse quadro está longe de sugerir uma homogeneidade cultural. Ainda que a matéria-prima vegetal seja predominante frente a outras matérias-primas e tecnologias artesanais, não se pretende defender a hegemonia ou mesmo homogeneidade de alguma prática artesanal. Parece que um ponto que possibilita um exercício comparativo com fins a identificação de elementos comum aos diversos grupos étnicos e comunidades da localidade, é quanto à semelhança das dificuldades enfrentadas e vividas pelos mesmos.

O inventário do artesanato contou com várias estratégias metodológicas, sendo a principal a pesquisa etnográfica junto às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e rurais de terra firme. É sabido o quanto a pesquisa etnográfica tem sido utilizada por profissionais do patrimônio e da educação, porém, nem sempre de modo denso e profundo, observa Tosta (2008).

A partir de aproximações estabelecidas com diferentes parceiros locais realizamos em 2009 um mapeamento preliminar de áreas, comunidades e possíveis artesãos a serem visitados durante a coleta de dados do inventário propriamente dito. Inicialmente, o mapeamento considerou as localidades indicadas por estes parceiros. Em campo, seguindo as orientações dos próprios artesãos, outros nomes eram somados à lista de possíveis e futuros entrevistados. Em outras palavras, os artesãos indicavam nomes de outros moradores das comunidades a serem consultados. O levantamento se deu através de breves visitas a inúmeras comunidades em todas as regiões do município. Dessa forma, visitamos localidades no Planalto bem como as regiões do Baixo, Médio e Alto Rio Trombetas. Em embarcações de diferentes tamanhos percorremos ainda os rios Erepecuru/ Cuminá, Cachorro, Mapuera e atingimos entre outras as comunidades dos Lagos Sapucuá, do Moura e do Batata. Por terra, através da estrada do BEC chegamos às populações de terra firme, percurso este feito no período das chuvas (dezembro a maio¹⁰) e em julho. Todo esse processo revelou-se de extrema importância na exata medida em que parece metaforizar uma das próprias atividades artesanais em foco, ou seja, o “trançado” com palhas, talas e fios, formando uma verdadeira “rede” ou “tessitura” cultural, ricamente adornada com os fios simbólicos das relações entre memórias, agentes, o meio e seus artefatos.

Os dados foram coletados por docentes e discentes universitários de nossa equipe em três etapas de pesquisa de campo: duas em 2010 (janeiro e julho) e uma em 2011 (entre julho a agosto). A equipe de pesquisa realizou observação direta, entrevistas e sistematização dos dados em fichas catalográficas, nas quais foram descritas informações objetivas, de caráter quantitativo e qualitativo, acompanhada de registro audiovisual. Durante a coleta dos dados do inventário, foi empregada a Metodologia do Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Pará (IPC/PA)¹¹, na categoria saberes e fazeres.

Em suma, a pesquisa etnográfica contou com outras estratégias metodológicas em sua realização: da observação participante com registros audiovisuais, buscou-se acompanhar o processo de coleta da matéria-prima e de seu processamento para uso na confecção dos artefatos artesanais até o preenchimento de ficha de catalogação na qual se descreve o processo de fabrico, materiais utilizados, função atribuída etc.

Não era nosso propósito um aprofundamento da análise do objeto (artefato) para além de suas formas e materiais. É sabido que os objetos que integram este inventário revestem-se de um valor específico para as comunidades visitadas e seus artesãos. São, pode-se dizer, “materiais de memória” e, como tal, são portadores de qualidades estéticas e valores culturais que poderão ser desvelados com pesquisas em profundidade no futuro. Afinal, são objetos que se revestem de conhecimentos, sentimentos, enfim, funções simbólicas que transbordam sua utilidade primeira. Isso pode ser ilustrado, com o ralador. Vimos e participamos da confecção de um ralador de madeira que levou vários dias, quando de nossa visita à aldeia Mapuera. Uma artesã trazia consigo uma prancha de madeira e sobre linhas diagonais nela desenhada, fazia a incrustação de minúsculas lascas de um minério para tal fim preparadas. Ao término deste procedimento, com a participação de seu esposo, hoje já falecido, passou à pintura do artefato executada em duas etapas. Uma primeira para impermeabilizar o artefato e a segunda para ricamente adorná-lo. A pintura a quatro mãos – as da artesã e as de seu marido – chegou a um resultado estético em que as cores vermelho e preto davam forma a figuras de animais e elementos geométricos.

A análise e interpretação dos dados sobre o artesanato coletados em campo se deu a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática e nortearam a compilação das informações (RIBEIRO, 1988; RIBEIRO *et al.*, 1987; MELLO, 2001).

Em sintonia com o espírito dos sistemas de classificação, o inventário pretendeu identificar o maior número possível de artesãos, nas diferentes regiões que compõe o vasto município de Oriximiná, bem como o maior número, também possível, de objetos (artefatos), por nós considerados expressões do artesanato tradicional, ou seja, aqueles produzidos de maneira artesanal e transmitidos de uma geração à outra. Posto que não se pode catalogar todos os artesãos e todos os artesanatos, deve ficar claro que o inventário nos fornece apenas um panorama, uma perspectiva sobre a produção do artesanato tradicional daquela localidade.

Do inventário à etnoeducação

Como dissemos, o foco principal de nosso programa de extensão reside no trabalho de formação continuada dos professores da rede pública de ensino do município de Oriximiná. Nesse sentido, a pesquisa etnográfica não se restringe ao momento do trabalho de catalogação do artesanato tradicional, mas se estende ao trabalho de formação de professores-pesquisadores que atuam nesta rede de ensino de Oriximiná. Nessa perspectiva, o inventário do artesanato elaborado a partir da pesquisa etnográfica pode ser visto como um exercício do fazer-pensar na construção de abordagens

compartilhadas de ensino-aprendizagem. A “pesquisa etnográfica” se torna, pois, um processo partilhado e construído coletivamente por professores, alunos e outros membros das comunidades destas escolas. Todo este processo está em pleno curso.

Assim, este inventário assumiu, pois, uma função pedagógica na medida em que pretende ser uma fonte de referência para outras iniciativas a serem desenvolvidas pelos professores e seus alunos, por exemplo, em torno das festas e ritos religiosos, da culinária, das narrativas míticas etc. Este inventário tem funcionado como uma fonte de informações, um ponto de partida para nosso trabalho de formação continuada dos professores-pesquisadores. Trata-se de uma estratégia metodológica com fins a deflagrar o interesse dos agentes envolvidos, basicamente, professores e alunos, da rede de ensino da região para outros “objetos” de interesse dos mesmos, no desenvolvimento de projetos de pesquisas futuros e que temos denominado de “etnoeducação”.

Para que seja possível uma melhor contextualização de nossa proposta, salientamos nesta parte do texto alguns aspectos sobre a educação patrimonial. Os anos 1980 podem ser vistos como um marco histórico no quadro das ciências humanas e sociais, muito embora inúmeras mudanças ocorridas desde então tenham raízes em tempos anteriores. Os discursos em torno da crise dos paradigmas, da globalização da economia, da mundialização da cultura, das experiências da pós-modernidade, da emergência dos estudos culturais, entre outros fenômenos da contemporaneidade, são ilustrativos desse processo. Os campos da educação e do patrimônio não ficaram imunes a esse quadro de crises, mudanças e experimentações. Haja vista, o intenso fluxo de pesquisas, discussões e reflexões envolvendo a formulação de políticas públicas de cultura e de educação.

As políticas públicas em torno da cultura e do patrimônio tem merecido atenção especial de organismos supranacionais como a UNESCO, através de inúmeras resoluções voltadas para a valorização do patrimônio cultural, bem como de órgãos públicos brasileiros como o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Somam-se a essas instituições outras não governamentais voltadas para a promoção de cidadania e fortalecimento de experiências de empoderamento de grupos e comunidades locais historicamente desassistidas pelo Estado. O resultado tem sido o esforço permanente em se repensar e se criar formas alternativas de educação e de políticas voltadas para a cultura. As inúmeras experiências no campo da educação não formal, bem como, aquelas desenvolvidas à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são, nesse caso, exemplares.¹²

Como afirmamos anteriormente nosso programa tem clara orientação multidisciplinar. No horizonte das interações entre Antropologia, Educação, Psicologia e Patrimônio Cultural está a formação continuada de professores-pesquisadores. O objetivo é de que essa formação instrumentalize os agentes que dela participam suscitando nos professores e alunos reflexões e ações de ensino e pesquisa em que o patrimônio cultural local possa dialogar com o ensino da educação formal.

É sabido que as reflexões sobre a educação patrimonial ainda se encontram em estado incipiente no Brasil e se desdobram em múltiplas e variadas experiências. A despeito das inúmeras diferenças que existem entre estas experiências nos parece que as práticas que no Brasil, desde os anos de 1980, vem sendo denominadas como “educação patrimonial” mantém algumas intersecções. Basta destacar o caráter inter, multi, pluri ou transdisciplinar que as constituem na medida em que tais práticas articulam vários campos do saber humano.

Sem pretender realizar uma genealogia do conceito, nesse momento, evocamos a análise de Silveira & Bezerra (2007) sobre educação patrimonial. Os autores observam que o processo de aproximação da cultura, em seu sentido

antropológico, com o campo da educação e a sua incorporação pelo aluno na sala de aula tem como referência preceitos defendidos por Paulo Freire e antecedem em muito as experiências denominadas como educação patrimonial.

Silveira & Bezerra (2007) ao recuperarem o pensamento de Chagas (2006) destacam que a noção de educação patrimonial apesar de ter sido popularizada, muitas vezes o foi de maneira acrítica. Se por um lado tal difusão revela certa vitalidade e eficácia pedagógica da educação patrimonial, por outro, abre a possibilidade de certos riscos, principalmente, aqueles relacionados ao uso e abuso indiscriminado do conceito no campo do conhecimento.

Com efeito, esse paradoxo acaba por gerar outros desafios aos pesquisadores da área, sejam eles agentes técnicos do campo da preservação do patrimônio, arte-educadores ou professores com projetos na área da educação patrimonial. Dentre os principais problemas que emergem da prática desses profissionais, destaca-se o fato de muitas vezes não se levar em conta o “ponto de vista do nativo”.

Tentando fugir a esse problema, nosso Programa, em sintonia com esse quadro de referência, busca não só reafirmar sua vocação multidisciplinar, bem como, destacar o “ponto de vista nativo” sobre a importância de alguns de seus bens patrimoniais. Tais qualidades nos colocam de frente à questões de ordem epistemológica e metodológica. Por isso, o termo “etnoeducação”, ainda em construção, remete a um conjunto de reflexões de ordem epistemológica na medida em que entende ser a educação patrimonial um processo partilhado entre antropólogos, nativos, docentes e discentes, enfim, os atores envolvidos nessa atividade pedagógica.¹³

Investigação em curso

A experiência que descrevemos não está concluída, antes o contrário, encontra-se em desenvolvimento e suscita inúmeras questões, reflexões e desafios que esperamos apresentar em outros momentos.

Não obstante, destacam-se como ações principais do programa: 1) a formação continuada de educadores com o objetivo de instigar um olhar sensível para o patrimônio; 2) o desenvolvimento de metodologia inovadora que articula etnografia, saber local e trabalhos por projeto na educação formal; 3) a participação como protagonistas deste processo dos agentes que dele participam; 4) o fomento à reflexão sobre o patrimônio cultural material e imaterial na cultura local.

Imaginando que essa metodologia venha ser empregada em outras experiências como essa, procuramos encontrar “elementos chave” centrados sobremaneira no processo ensino-aprendizagem e na postura do professor-pesquisador, experiência esta vivenciada de forma colaborativa com os alunos. Assim, o resultado da pesquisa sobre o artesanato como dito anteriormente tem sido empregado na formação de professores-pesquisadores da rede pública de Oriximiná.

Na etapa do programa em 2012, privilegiamos a análise e o acompanhamento sistemático de formação dos professores de Oriximiná de forma a instigar um “pensar sobre” os saberes locais. Visando, então, maior controle metodológico dessa investigação, nessa fase da pesquisa, foram escolhidas 6 escolas incubadoras de projetos pilotos desenvolvidos a partir de suas demandas e singularidades. Foram duas escolas indígenas (uma na aldeia Mapuera de predominância étnica Wai-wai, uma na aldeia Santidade ocupada pelos Kaxuyana), uma escola ribeirinha (Lago Sapucuá), uma escola quilombola (rio Erepecuru), uma escola na zona rural de terra firme (estrada do BEC) e uma na zona urbana.

Dentre alguns elementos podemos citar neste momento o envolvimento e motivação de alunos e membros das comunidades onde foram desenvolvidos os projetos. Outro aspecto que nos é possível anunciar se refere ao protagonismo dos professores e a percepção que eles tiveram disso.

Um dos resultados preliminares que podemos apresentar se refere justamente ao exercício de objetivação da cultura sobre saberes locais, vivenciado através de práticas cotidianas em sala de aula entrelaçadas a momentos de pesquisa de caráter etnográfico. Os dados sugerem que os saberes locais podem atravessar fronteiras e “invadir” a sala de aula. E, talvez o principal, mostram como a educação formal pode sair da sala de aula e buscar nos saberes locais conhecimentos valiosos e talvez pouco conhecidos pelos alunos. Importante destacar a iniciativa dos professores e alunos em “etnografar”, no sentido de registrar, a participação dos membros das comunidades locais. A partir daí, cada projeto teve uma trajetória própria que aqui não cabe descrever. A importância dessas ações pode ser fixada na fala de um aluno indígena ao afirmar que “os velhos são nossa biblioteca”.

O impacto da continuidade das ações deste Programa ainda pode ser observado na “explosão” de demandas para a execução em 2013. Neste ano mais de 120 professores de 27 diferentes escolas da rede de Oriximiná participaram do II Encontro de Etnoeducação & Patrimônio. Também em 2013 temos dedicado especial atenção à formação de formadores; ou seja, temos acompanhado sistematicamente os encontros dos professores mediadores que tem em conjunto com nossa equipe atuado de maneira contundente nos projetos desenvolvidos no âmbito das escolas de Oriximiná.

Em suma, o trabalho que tem sido realizado se pauta na atuação conjunta dos professores das escolas e seus alunos, dos representantes da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer.¹⁴ Vale ressaltar que não compreendemos a educação patrimonial como a salvação de uma educação formal deficitária, nem como o resultado da expressão acabada de uma razão prática, segundo a abordagem de Sahllins (2003). Sua importância para o campo da educação e do patrimônio, com suas implicações de ordem teórico-metodológica, representa um desafio e, ao mesmo tempo, um convite, para um diálogo que se inicia já nessa fase da pesquisa com a etnografia do pensamento, segundo a formulação de Geertz (1989), e a antropologia do conhecimento, nos termos de Barth (2002), com fins à elaboração de uma reflexão teórica sobre a “etnoeducação patrimonial”. Mas, essa é uma discussão a ser realizada em outro lugar, em outro momento.

NOTAS

¹ Por ora, apresentamos somente os contornos iniciais de um conjunto de questões que deverão subsidiar reflexões futuras em torno da noção de etnoeducação.

² Se por um lado o Programa se vincula formalmente ao Departamento de Artes e Estudos Culturais e ao Curso de Produção Cultural do Pólo Universitário de Rio das Ostras por outro lado configura-se de forma central a participação de docentes de outros Departamentos da UFF, bem como de outras universidades (UFRRJ e UESC). Desde 2011 o Programa é financiado com recursos dos Editais PROEXT-MEC/SESu.

³ Desde o início do programa já passaram dezenas de graduandos de distintos cursos e atuam inúmeros docentes das Artes, Psicologia, Antropologia, Comunicação, História e Educação.

⁴ A parceria com outras instituições tem sido imprescindível para o desenvolvimento e a construção coletiva do programa. São nossos parceiros a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual de Santa Cruz bem como órgãos públicos municipais como a Prefeitura Municipal de Oriximiná, a Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná, a Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer de Oriximiná e instituições não governamentais como a Associação dos Povos Indígenas do Mapuera, Associação de Moradores de Cachoeira Porteira Remanescente de Quilombolas e a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná.

⁵ Oriximiná, o 4º. maior município em extensão territorial do Brasil tem aproximadamente 107.603 km² e 62.794 habitantes (IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150530>, acessado em 14/02/2013). Importante destacar que a extração mineral (bauxita) iniciada em meados dos anos de 1960 tem impactado de forma avassaladora a região, gerando conflitos e desafios às comunidades e órgãos públicos.

⁶ À exemplo da arte, visto como portador de qualidades simbólicas, o artesanato constitui um meio privilegiado para se pensar processos de circulação cultural, qualidades mágicas, agência como sugerem, por exemplo, Gell (1998) e Lagrou (2009).

⁷ São inúmeros os estudos que apontam para as mudanças de sentido e as transformações pelas quais as “tradições” tem se modernizado ver, por exemplo, Hobsbawn & Ranger (1984) e Canclini (1990).

⁸ Uma descrição pormenorizada da metodologia e dos resultados da pesquisa encontra-se em Russi & Rocha (2012) também disponível no sitio oficial do programa: www.patrimoniocultural.uff.br

⁹ Dada as características do artesanato pesquisado, sobretudo quanto à matéria-prima e o recorte metodológico quanto à forma de aprendizado do fazer artesanal, não identificamos na zona urbana grupo ou comunidade em que predomina a produção de um *artesanato tradicional*. Na cidade encontramos por outro lado, diferentes tipos de artefatos produzidos por muitos artesãos.

¹⁰ Esta região foi mais explorada na época do levantamento preliminar para o inventário realizado em 2009.

¹¹ Esta metodologia foi concebida a partir do INRC/IPHAN (Inventário Nacional de Referências Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) e do SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão).

¹² Resumidamente, o percurso parcial das transformações em torno da cultura e da educação, pode ser observado em Rocha (2012) e Rocha & Tosta (2013).

¹³ Para uma reflexão seminal sobre a noção de “etnoeducação”, ver Rocha, Russi & Alvarez (2013).

¹⁴ Alguns representantes destas Secretarias acompanham o programa há algum tempo e atuam voluntariamente como mediadores entre nossa equipe e os professores dos projetos pilotos. A ação destes “tutores/mediadores” tem sido fundamental para estreitarmos o diálogo, acompanharmos as dificuldades e conhecermos mais de perto esses projetos.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. An Anthropology of knowledge. Current Anthropology, v. 43, n. 1, 2002.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1990.

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: Patrimônio. Revista eletrônica do Iphan. Dossiê Educação Patrimonial, no. 3, jan/fev. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>, 2006.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação - contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 399-455.

- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GELL, Alfred. Art and agency: an anthropological theory. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil – agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.
- LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Campinas: Papyrus, 1989.
- LIMA, Ricardo. Objetos - percursos e escritas culturais. São José dos Campos: Centro de Estudos da Cultura Popular-Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2010.
- MELLO, Adriana Russi Tavares. A cestaria como trançado de memórias - a estética da produção cesteira na região do Rio Juquiá-Guaçu. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, PUC-SP, 2001.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- RIBEIRO, Berta G. Dicionário do artesanato indígena. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. "Tecnologia indígena". In: RIBEIRO, Darcy *et al.* Suma etnológica brasileira – volume 2. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ROCHA, Gilmar. "O 'circo-escola' e a reinvenção da educação". In: ROCHA, Gilmar & TOSTA, Sandra (orgs.). Caminhos da pesquisa – estudos em linguagem, antropologia e educação. Curitiba: CRV, 2012.
- ROCHA, Gilmar & TOSTA, Sandra. Antropologia & educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ROCHA, Gilmar, RUSSI, Adriana & ALVAREZ, Johnny. "Etnoeducação patrimonial – reflexões antropológicas em torno de uma experiência de formação de professores". Pro-Posições, v. 24, n. 27, 2013.
- RUSSI, Adriana & ROCHA, Gilmar. Inventário do artesanato tradicional de Oriximiná/PA – catálogo. Niterói: S/e, 2012.
- SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SILVEIRA, Flavio Leonel & BEZERRA, Márcia. "Educação patrimonial – perspectivas e dilemas". In: LIMA FILHO, Manuel, ECKERT, Cornélia & BELTRÃO, Jane (orgs.). Antropologia e patrimônio cultural – diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau, Nova Letra, p. 81-97, 2007.
- TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. "Os usos da etnografia na pesquisa educacional". 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 01 a 04 de junho, 2008.

